

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2020 - UASG 170106**

Nº Processo: 11597100155202051.  
PREGÃO SRP Nº 5/2020. Contratante: MINISTERIO DA ECONOMIA -.CNPJ Contratado: 23501536000196. Contratado : GRANLIMP LIMPEZA E CONSERVACAO -EIRELI. Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuado de limpeza, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. Fundamento Legal: Lei 8+666/93. Vigência: 29/06/2020 a 28/06/2021. Valor Total: R\$82.250,04. Fonte: 100000000 - 2020NE800694 Fonte: 100000000 - 2020NE800695 Fonte: 100000000 - 2020NE800696. Data de Assinatura: 29/06/2020.

(SICON - 03/07/2020) 170106-00001-2020NE800694

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2020 - UASG 170106**

Nº Processo: 01597100111202021.  
PREGÃO SRP Nº 2/2020. Contratante: MINISTERIO DA ECONOMIA -.CNPJ Contratado: 10599807000146. Contratado : GRADI VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA-.Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de vigilância humana ostensiva, preventiva e armada, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 17/06/2020 a 16/06/2021. Valor Total: R\$295.128,42. Fonte: 132251040 - 2020NE800567. Data de Assinatura: 17/06/2020.

(SICON - 03/07/2020) 170106-00001-2020NE800567

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO EM SÃO PAULO**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2020 - UASG 170131**

Nº Processo: 10880103168201980.  
PREGÃO SRP Nº 16/2019. Contratante: MINISTERIO DA ECONOMIA -.CNPJ Contratado: 13168343000101. Contratado : INFOCABLE INFRAESTRUTURA E -TECNOLOGIA LTDA. Objeto: Contratação de serviços para a instalação com fornecimento de forro modular metálico, troffers, luminárias e movimentação de móveis e equipamentos, no 23º andar do Edifício Sede do ME/SP. Fundamento Legal: Lei 8666/93 . Vigência: 03/06/2020 a 21/09/2020. Valor Total: R\$137.785,00. Fonte: 180570001 - 2020NE801434 Fonte: 180570001 - 2020NE801436 Fonte: 180570001 - 2020NE801438. Data de Assinatura: 03/06/2020.

(SICON - 03/07/2020)

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2020 - UASG 170131**

Número do Contrato: 22/2019.  
Nº Processo: 10880103047201857.  
PREGÃO SISPP Nº 20/2018. Contratante: MINISTERIO DA ECONOMIA -.CNPJ Contratado: 03022122000177. Contratado : BK CONSULTORIA E SERVICOS LTDA -.Objeto: Revisão dos valores contratuais, com fundamento no artigo 65, inciso II, alínea "d" e parágrafo 5º, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, em razão da superveniência da lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, que extinguiu a contribuição social instituída pelo artigo 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001. Fundamento Legal: Lei 8666/93 . Vigência: 08/06/2020 a 31/07/2020. Valor Total: R\$1.900.437,60. Fonte: 133000000 - 2020NE800200 Fonte: 132251040 - 2020NE800004 Fonte: 100000000 - 2020NE800312 Fonte: 100000000 - 2020NE800313. Data de Assinatura: 08/06/2020.

(SICON - 03/07/2020)

**PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

1. NATUREZA: 2º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica nº 01/2017, celebrado entre a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o Conselho Curador dos Honorários Advocáticos - CCHA.
2. OBJETO: Prorrogação de vigência do acordo de cooperação por 24 (vinte e quatro) meses, com a consequente repactuação das metas do plano de trabalho e ajustes nas cláusulas pertinentes.
3. DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO: 02 de julho de 2020.
4. VIGÊNCIA: A vigência se dará a partir da data de sua publicação.
5. NOME DOS SIGNATÁRIOS: pela PGFN, CNPJ 00.394.460/0216-53, o Sr. Ricardo Soriano de Alencar, Procurador-Geral da Fazenda Nacional, pela CCHA, CNPJ 26.707.621/0001- 01, o Sr. Rogério Campos, Vice-Presidente do Conselho Curador dos Honorários Advocáticos.

**SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL  
SECRETARIA DE GESTÃO CENTRAL DE COMPRAS**

**AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 9/2020 UASG 201057**

O Ministério Economia por meio da Central de Compras- torna pública a abertura de Chamamento Público nº 09/2020 que tem como objeto o RECEBIMENTO EM DOAÇÃO, sem ônus ou encargos, de EQUIPAMENTOS para serem utilizados na consecução da atividade de digitalização do acervo funcional de inativos e pensionistas da administração pública federal, tipo DESKTOPS, NOTEBOOKS e SCANNERS, para a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal - SGP, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme condições especificadas no Edital e seus Anexos.

O recebimento das propostas poderá ser feito até às 18:00 do dia 07 de AGOSTO DE 2020, por meio eletrônico, através do e-mail doacoes@economia.gov.br, via protocolo eletrônico por meio do site protocolo.planejamento.gov.br e via peticionamento eletrônico pelo site <http://www.fazenda.gov.br/sei/usuario-externo>. O Edital de Chamamento Público bem como as demais informações sobre o processo podem ser consultados pelos portais [www.economia.gov.br](http://www.economia.gov.br) e [comprasgovernamentais.gov.br](http://comprasgovernamentais.gov.br).

**COMISSÃO DE PROCESSAMENTO DE DOAÇÕES**

**SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo nº 04926.000008/2007-70  
Objeto: Cessão de uso gratuito de área de domínio da União, com áreas de 7.775,17m² e 3.863,67m², situados na Av. Santa Terezinha 375 em Juiz de Fora/MG.  
Cedente: União

Cessionário: Companhia de Saneamento Municipal de Juiz de Fora - CESAMA

Finalidade: Para abrigar as atividades administrativas.

Fundamento Legal: art. 18, inciso II, e § 8º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e no art. 17, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Declarada a dispensa de licitação pelo Sr. Superintendente do Patrimônio da União em Minas Gerais, Frank Alves Nunes, e ratificada pelo Sr. Secretário de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, Fernando Anton Basus Bispo.

**SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL**

**EXTRATO DE REVERSÃO**

Processo nº 10154.120429/2019-31

OUTORGANTE: UNIÃO

OUTORGADO: MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES

Objeto: Reversão de imóvel da União com terreno de 1.237,80m², localizado na Avenida Presidente Costa e Silva, na cidade de Bento Gonçalves/RS, registrado na matrícula 19.517 do Registro de Imóveis de Bento Gonçalves, cadastrado no RIP 8541 00030.500-9.

Justificativa: descumprimento de cláusula contratual pelo MPF que manifestou desinteresse no imóvel e não construiu sua sede, conforme contratado.

Fundamento legal: art. 555 do Código Civil Brasileiro

Data da assinatura do Contrato: 02/07/2020

**SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA**

**EXTRATO DE APOSTILA**

Processo: 05310.200525/2015-58

Espécie: APOSTILA Nº 077 - REFERENTE AO TERMO DE ENTREGA, firmado entre a SECRETARIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA e TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (4137917)

Objeto: Retificação da Cláusula Segunda e Ratificação da Entrega, com prazo de 02 (dois) anos para cumprimento do encargo de construção da sede do TRE-RO.

Assinatura: 23/09/2019, no Livro nº 001, às folhas 83/84, da SPU/RO.

Período de Vigência: 02 (dois) anos

**SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA**

**EXTRATO DE CESSÃO**

Processo: 04972.004665/2017-11

Outorgante: União

Outorgado: Município de Florianópolis

Objeto: Contrato cessão gratuita de área de domínio da União, constituída por terreno de marinha e acrescidos com área de 4.327,85m², situado na Rua João Motta Espezim nº 1460 e 1480, Saco dos Limões, Município de Florianópolis, SC

Prazo de Vigência: 20 anos.

Fundamento Legal: Artigo 18, da Lei 9.636, de 15 de maio de 1998.

Data da Assinatura: 30/06/2020, Livro 017 -Termos Diversos e Escrituras - folhas 095 a 100

**EXTRATO DE CESSÃO**

Processo: 04972.001691/2019-41

Outorgante: União

Outorgado: Município de Imbituba

Objeto: Contrato cessão de uso gratuita de área de domínio da União, constituída por terras de Marinha, com área total de 711,55m², localizada na Rua Virgílio Soares s/n na intersecção com a Rua Manoel Pacifico Pires no Bairro Guaiúba, Município de Imbituba/SC para a implantação de mirante e praça.

Prazo de Vigência: 20 anos.

Fundamento Legal: Artigo 18, da Lei 9.636, de 15 de maio de 1998.

Data da Assinatura: 30/06/2020, Livro 017 de Termos Diversos e Escrituras Folhas 111 a 114

**EXTRATO DE CESSÃO**

Processo: 04972.001785/2019-10

Outorgante: União

Outorgado: Município de Florianópolis

Objeto: Contrato cessão gratuita de área de domínio da União, constituída por acrecido de marinha em área urbana de 13.113,363m² e perímetro igual a 428,7168 com localização entre as Av. Prof. Waldemar Vieira e Rod. Gov. Aderbal Ramos da Silva, visando a implantação temporária de Canteiro de Obras necessário à Construção do Anel Viário para Corredor Exclusivo do transporte Coletivo no aterro da Baía Sul, em Florianópolis/SC

Prazo de Vigência: 5 anos.

Fundamento Legal: Artigo 18, da Lei 9.636, de 15 de maio de 1998.

Data da Assinatura: 30/06/2020, Livro 017 -Termos Diversos e Escrituras - folhas 101 a 106

**SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE  
SETOR DE MULTAS E RECURSOS**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO DE FIXAÇÃO E COBRANÇA DE MULTA TRABALHISTA**

A Chefe Seção de Multas e Recursos da Superintendência Regional do Trabalho em Sergipe, Auditora-Fiscal do Trabalho MARIA ROSENIURA DE OLIVEIRA SANTOS, CIF nº 03129-10, no exercício de sua competência, por se encontrarem em lugar incerto ou não sabido, ficam os responsáveis pelas empresas abaixo relacionadas intimados a comparecerem, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do décimo dia da publicação deste edital, ficando o prazo suspenso enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, na SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO SE - SRT/SE, sito Rua Pacatuba, 171 - Centro, Aracaju/SE CEP: 49010-150, a fim de comprovarem o pagamento dos débitos oriundos de aplicação de multas trabalhistas. O não comparecimento dos interessados implicará no envio do(s) processo(s) para inscrição na Dívida Ativa da União e Cobrança Judicial. No mesmo prazo, caberá a interposição de recurso para a instância administrativa superior, a ser protocolado no local acima mencionado. Não serão conhecidos recursos que não atendam aos requisitos de admissibilidade (tempestividade, legitimidade e representação):

